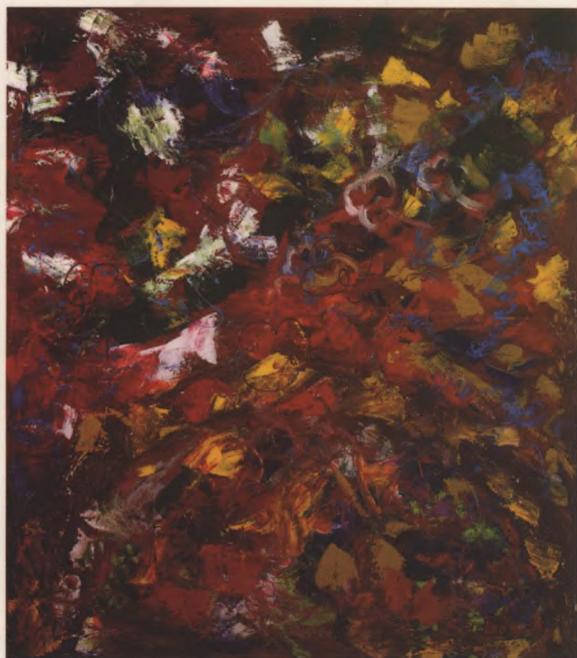


REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



O ESTADO

VOLUME 26, 2005

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SOCIABILIDADE E COMUNICAÇÃO NA REPÚBLICA DAS LETRAS UM ESTADO SEM FRONTEIRAS? **

Não se tem talvez dado suficiente atenção, a não ser em tempos muito recentes, à importância das Academias no vasto movimento iluminista. No entanto, os historiadores que sobre elas se debruçaram estão de acordo quanto às funções decisivas que estas instituições desempenharam: elas reflectiram e potencializaram as Luzes, forçaram o reconhecimento oficial das várias ciências, modificaram definitivamente o estatuto dos sábios e eruditos e, o que particularmente nos interessa, criaram uma comunidade científica⁽¹⁾.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

** Este texto é uma versão, significativamente aumentada, duma comunicação apresentada nas *XI Jornadas de História Ibero-Americana*, realizadas em 5, 6 e 7 de Maio de 2005 na cidade de Portimão, subordinada ao título "As Academias de História em Portugal e no Brasil no século XVIII".

⁽¹⁾ Ver, entre outros, os artigos de Hans Erich Bödeker, "Académies" e Dena Goodaman, "Sociabilité", in Vincenzo Ferrone e Daniel Roche, *Le monde des Lumières*, Paris, Fayard, 1999. Ver também Daniel Roche, *Le siècle des lumières en province, Académies et académiciens provinciaux, 1680-1789*, Paris, Mouton et École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1987, 2 vols.; Ulrich Im Hof, *A Europa no Século das Luzes*, Lisboa, Presença, 1995, cap. 4; James E. McClellan III, *Science Reorganized. Scientific Societies in the Eighteenth Century*, New York, Columbia University Press, 1985; Blandine Kriegel, *L'histoire à L'Age classique. 3. Les Académies de l'Histoire*, Paris, Quadrigue/P.U.F., 1996; Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, Coimbra, Edições MinervaCoimbra, 2003.

Segundo Roger Chartier⁽²⁾, o elemento caracterizador do homem de letras no século XVIII é a sua participação naquilo que Marmontel apelidava de "société des gens de lettres" e, com efeito, aquilo que poderíamos designar por sociabilidade intelectual toma a forma de sociedades escolhidas que partilham o gosto pela reunião, pela conversação, mas também pelo trabalho erudito, pelo conhecimento e pela investigação. Academias, salões mundanos, cafés, reuniões de amigos, são formas de sociabilidade de um novo tipo, diferente das colectividades tradicionais, sejam elas igrejas, famílias, corporações ou confrarias.

No início do século XVIII as Academias tornam-se numerosas em Lisboa. As mais prestigiadas eram sem dúvida as patrocinadas pelo 4º Conde de Ericeira - primeiro as Conferências Discretas e Eruditas (1696) e depois a Academia Portuguesa (1717) - mas várias outras houve entre as quais se destacam a Academia dos Anónimos, a Academia do Núncio, a Academia dos Ilustrados. Aquando da morte de D. Francisco Xavier de Menezes, Conde de Ericeira, patrocinador de Academias e protector de sábios e eruditos, a República das Letras lisboeta demonstrou ter a exacta noção de quanto lhe devia. Organizando a Academia dos Escolhidos, em Janeiro de 1744, um certame em sua honra, a ele concorreram a Academia dos Aplicados, a Academia dos Unidos e a Academia dos Particulares. A articulação e relações entre estes grupos de académicos e a constituição e definição dos académicos como grupo é por demais evidente⁽³⁾.

Ao impulsionar o movimento académico o Conde tinha sido o mediador entre a classe intelectual, os novos eruditos, e a elite social, a aristocracia de corte, participando todos nas reuniões do seu palácio. A Gazeta de Lisboa anunciava, em 10 de Junho de 1717: "O Conde da Ericeyra querendo fazer communicavel a sua universalidade em toda a literatura, e dirigir os coraçoes, e os discursos às virtudes moraes, e às sciencias, tirando destas as especulaçoens inúteis, instituhio no seu palácio hum congresso de pessoas eruditas, com o titulo de Academia Portugueza, cujas leys se comprehendem em vinte e dous preceitos. As assembleas começarão

(2) Roger Chartier, "L'Homme de Lettres", in Michel Vovelle (Dir.), *L'Homme des Lumières*, Paris, Seuil, 1996, p. 171.

(3) Ver Ofélia Milheiro Caldas Paiva Monteiro, *No alvorecer do "Iluminismo" em Portugal. D. Francisco Xavier de Menezes, 4º Conde da Ericeira*, Separata da *Revista de História Literária de Portugal*, voi. 1, 1962. Ver também Ana Cristina Araújo, *A cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

em 26 do mez de Mayo, e se continuão todas as quartas feyras de tarde. Em cada huma há sempre huma lição de Filosofia moral, outra de Filologia. Assumptos para dissertaçoes, Mathematicas, Phisicas, Moraes, e Criticas, e para versos. Questoens sobre a língua Portugueza, e hum extracto das noticias literárias da Europa. Na primeyra fez o mesmo Conde como Secretario della hum erudito discurso sobre a sua introdução, em que também explicou a sua forma Na segunda sessão, diz a mesma notícia, "houve varios discursos e versos, argumentos, e experiências⁽⁴⁾.

É todo um programa para uma associação científica e literária. Uma associação organizada pelos seus estatutos, dirigida e dinamizada pelo seu secretário - o próprio Conde - e com um projecto que visa o desenvolvimento das ciências. Estamos, pois, em presença de uma associação que não tem, como as tradicionais, objectivos estritamente profissionais ou religiosos, mas que se insere claramente no movimento iluminista, pretendendo ultrapassar uma ciência escolástica e aristotélica, realizando nas suas sessões experiências de física. Abordam-se também, nesta como noutras academias, em Portugal como em quase toda a Europa, questões ligadas à Língua, Literatura e História.

A Academia Portuguesa estava de facto sintonizada com as Luzes europeias. O próprio Conde de Ericeira se encarregou da tarefa de transmitir as notícias literárias da Europa. Não lhe era difícil: recebia em sua casa a publicação periódica *Journal des Savants*, e tinha uma rede de contactos epistolares que incluía eruditos espanhóis, italianos, alemães, holandeses e franceses. Era, além disso, membro da Arcádia de Roma e da Sociedade Real de Londres.

Esta contínua circulação de informações, mas também de valores e normas, é uma característica maior da idade das Luzes. A troca e a comunicação fazem-se através da correspondência, das viagens e dos jornais. As cartas difundem informações e notícias, mas difundem também, para além disso, valores e modelos de comportamento. Os jornais divulgam e informam a República das Letras, animam as discussões nas academias ou em outras reuniões e assembleias. As viagens são frequentes. Recebem-se estrangeiros em Lisboa, ao mesmo tempo que muitos eruditos se integram em missões diplomáticas ou eclesiásticas a vários países da Europa. Tudo isto, que unifica o espaço das Luzes, se vai tornando prática habitual ⁴

(4) *Gazeta de Lisboa*, 10 Jun. 1717.

em Lisboa. A sociabilidade académica lisboeta faz com que a apropriação das novas normas de comportamento e estilos de vida se multiplique entre os indivíduos, criando uma verdadeira comunidade de eruditos.

A instituição de uma Academia Real por D. João V em Dezembro de 1720 vem consagrar esta República das Letras, dando aos eruditos prestígio e estatuto social. A Academia Real da História é mais uma das muitas academias reais que surgem por toda a Europa. Com objectivos idênticos aos das outras, as academias reais são instituições oficiais, financiadas pelo Estado, que auferem de uma organização mais rigorosa e de um estatuto privilegiado. Mas, apesar da diferença entre os vários tipos de Academias, elas constituíam uma densa rede que cobria toda a Europa, e uma rede homogénea e coerente. Elas configuram-se como polos em volta dos quais se organiza uma República das Letras cosmopolita, isto é, são pontos nodais de redes de comunicação, de informação e de sociabilidade complexas e internacionais, que praticam e promovem a partilha de conhecimento⁽⁵⁾. As mais importantes são centros de correspondência e de publicação de periódicos tal como pontos obrigatórios de visita no percurso da "Viagem erudita", tão em voga.

Conhecendo de perto os Estatutos de outras Academias Europeias, pareceu aos primeiros membros da Academia Real da História que a nova instituição devia ter um director que não fosse perpétuo, para propor as matérias necessárias e organizar as votações, e que devia haver quatro Censores, os quais seriam também directores por rotatividade. Estes cinco Censores exerceriam funções durante um ano findo o qual se faria nova eleição. Haveria, além disso, um Secretário perpétuo, que garantiria a continuidade dos trabalhos académicos e que seria também eleito por escrutínio de toda a Academia⁽⁶⁾.

Na primeira sessão académica faz-se a eleição das pessoas que teriam a seu cargo fazer os estatutos para depois serem aprovados por toda a assembleia. Quanto aos académicos, é estipulado o número de 50 e os mesmos Estatutos determinam: "serão todos pontuaes em assistir às

⁽⁵⁾ Ver Isabel Ferreira da Mota, *ob. cit.*; Vincenzo Ferrone e Daniel Roche, *ob. cit.*; Hans Bots e Françoise Waquet (ed.), *Commercium Litterarium, 1600-1750. La communication dans la République des Lettres*, Amsterdam e Maarsen, Holland University Press, 1994; Dena Goodman, *The Republic of Letters. A Cultural History of the French Enlightenment*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, 1994.

⁽⁶⁾ Cf. Isabel Ferreira da Mota, *ob. cit.*

Conferencias, e se assentarão sem preferência pela ordem em que forem entrando, começando a votar pela mão direita do Director.⁽⁷⁾ Vagando algum lugar, fazia-se o provimento por votação em urna, isto é, votação por escrito e secreta. A eleição seria posteriormente aprovada pelo rei ou rejeitada, mandando neste caso proceder a outra.

Para além dos numerários havia ainda os académicos supranumerários que fossem convenientes e necessários, com domicílio "em cada hum dos Bispados, e Conquistas do Reyno". Quando presentes em Lisboa, estes tinham lugar na assembleia, como os demais académicos. O que salientamos neste modo de funcionamento é que, sob o mecenato de D. João V, alta nobreza e eruditos provenientes das classes intermédias gozavam dos mesmos direitos no interior da Academia.

A Academia sentiu também a necessidade de formular normas de procedimento que regulassem as reuniões do corpo académico. O objectivo era promover e adiantar os trabalhos, clarificando colectivamente pontos problemáticos, não evitando as discussões e participando todos do estudo que cada um fizesse. Uma comunidade de estudo e trabalho tendo em vista uma obra comum, com um método comum, é este o princípio que domina a Academia. Defensores da verdade e da crítica histórica, é a conduta da razão e a submissão aos imperativos da razão o que deve orientar o académico na sua prática de historiador. Já em outro trabalho tivemos ocasião de afirmar que: "Assim, o uso individual e colectivo da razão crítica, a liberdade de disputa intelectual, o trato igualitário e a eleição por escrutínio, assumem um contributo decisivo para a formação de uma opinião pública. No interior da Academia e no que diz respeito ao confronto de opiniões e ao exercício da crítica, estabelece-se uma igualdade entre os indivíduos. As práticas académicas negam deste modo os fundamentos da ordem tradicional e fazem nascer um primeiro espaço público onde as pessoas privadas fazem um uso público da sua razão."⁽⁸⁾

O impacto que a Academia Real da História teve na sociedade envolvente foi enorme. Para o facto contribuíram decisivamente os académicos supranumerários e o financiamento real às publicações académicas, tanto os livros como as "relações" ou notícias das conferências em folhetos ^{7 8}

(7) "Estatutos da Academia Real da Historia Portugueza", in *Collecçam dos Documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, vol. de 1721.

(8) Isabel Ferreira da Mota, *ob. cit.*, pp. 342-343.

avulsos⁽⁹⁾. A *Gazeta de Lisboa* contribui também para a difusão dos trabalhos e dos nomes dos ilustres eruditos.

Através dos " Académicos nas províncias" ou supranumerários - aspecto que agora mais nos interessa -, os quais, por vezes, pertenciam ao mesmo tempo a Academias locais, a Academia Real teve uma forte influência na ambiência cultural do país e nomeadamente na das outras Academias. As trocas de correspondência entre numerários e supranumerários era frequente e na maior parte destes grêmios provinciais, a História e as belas letras surgem como temas primordiais⁽¹⁰⁾. Por todo o país, como réplica da fundação da Academia Real da História, surgem as academias provinciais; temos assim, fundadas entre 1721 e 1752, as seguintes: a dos *Laureados*, de Santarém, em 1721; a *Problemática*, de Setúbal, em 1721; a *Vimaranense*, em 1724; a dos *Unidos*, de Torre de Moncorvo, anterior a 8 de Março de 1731; a *Bracárense*, em 1731; a de *Arrifana de Sousa*, actual Penafiel, em 1735; a *Nova Bracarense*, em 1742; a dos *Aventureiros*, de Santarém, em 1745, transformada no ano seguinte na *Scalabitana*; a dos *Tirões Bracarenenses*, em 1746; a *Palestra Literária*, de Ponte de Lima, em 1746; a do *Seminário de Viseu*, em 1747; e a *Cirúrgica Prototipo-Lusitanica Portuense*, em 1748, que se transformou na *Médica do Porto*⁽¹¹⁾. No Brasil, a *Academia dos Esquecidos* surge na Baía em 1724. O vice-rei, Vasco Fernandes Cezar, institui aí uma academia para escrever a história daquele território e disso informou D. João V, que por sua vez ordena ao Secretário da Academia Real que escreva ao Vice-Rei, da parte dos Censores, aprovando a sua resolução. Facto que coloca a Academia Real da História na cabeça ou no governo da República Literária, sancionando e legitimando. Em Outubro de 1725, o Vice-Rei remete à Academia as obras dos Académicos Esquecidos⁽¹²⁾. A *Gazeta de Lisboa* e o *Mercure Historique de France* noticiaram a existência desta academia brasileira que teve, apesar de tudo, uma vida efémera e interrompeu os seus trabalhos em 4 de Fevereiro de 1725⁽¹³⁾.

⁽⁹⁾ Ver Isabel Ferreira da Mota, *ob. cit.*

⁽¹⁰⁾ Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, Lisboa, Verbo, 1974, voi. III, pp. 146-147 e Isabel Ferreira da Mota, *ob. cit.*

⁽¹¹⁾ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 2ª ed., vol. V, pp. 430-431.

⁽¹²⁾ Ver Isabel Ferreira da Mota, *ob. cit.*, p. 104.

⁽¹³⁾ Ver Iris Kantor, *Esquecidos e Renascidos. Historiografia Académica Luso-Americana (1724-1759)*, São Paulo-Salvador, Editora UUCITEC/UFBA, 2004.

Constituiu-se assim a primeira academia brasílica com vocação historiográfica e que foi intitulada *dos Esquecidos* "em alusão ao desejo de integração dos eruditos americanos ao orbe literário metropolitano".⁽¹⁴⁾ Sebastião da Rocha Pita, simultaneamente membro da academia baiana e membro supranumerário da Academia régia, informava por carta a Academia de História, em Agosto de 1722, do estado de andamento dos seus trabalhos com vista à execução da obra *Historia da América Portuguesa desde o anno de 1500 do seu descobrimento até o del 724*⁽¹⁵⁾. Também Gonçalo Soares da França pertencia simultaneamente às duas academias, como numerário numa e supranumerário na outra. Também ele se correspondeu com a Academia de História que se constituiu, na época, como um grande centro de correspondência e de difusão de informação.

Não se conhecendo os estatutos da academia baiana, sabe-se no entanto que entre as funções principais estava a de secretário e que a presidência das sessões era rotativa. A inspiração para o modo de funcionamento terão sido certamente as Academias *dos Singulares, dos Generosos, Conferências Discretas e Eruditas* e *Academia dos Anónimos*, todas elas academias lisboetas^{14 15 (16)}. Três dos sete sócios fundadores tinham pertencido à *Academia dos Anónimos*; é o caso de Caetano de Brito e Figueiredo, José da Cunha Cardoso e Luís Siqueira da Gama, tendo Siqueira da Gama sido incumbido de escrever a história política enquanto Caetano de Brito tinha a seu cargo a história natural e cabendo a Gonçalo Soares da França a história religiosa. Quanto a Inácio Barbosa Machado, mais um dos seus membros, investigava a história militar e, mais tarde, de regresso a Lisboa, veio a integrar a Academia Real da História.

Os números variam conforme os diferentes historiadores brasileiros, mas avaliam-se em mais de 100 os participantes nas reuniões académicas baianas, sendo, no entanto, 36 os membros efectivos. As redes de sociabilidade eram portanto imensas e cruzadas e a nova *Academia dos Esquecidos* constituía um novo foco cultural na Baía, onde, até aí, o principal centro da vida literária era o colégio dos Jesuítas⁽¹⁷⁾.

⁽¹⁴⁾ *Idem, ibidem*, p. 95.

⁽¹⁵⁾ Cod. 482 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, transcrito por Pedro de Azevedo em *O Archeologo Português, "O livro 2º da correspondência expedida e recebida pela Academia Real da História"*, vols. XXVI e XXVII, ver vol. XXVII, p. 71.

⁽¹⁶⁾ Cf. Íris Kantor, *ob. cit.*, pp. 100-101.

⁽¹⁷⁾ Diogo Ramada Curto, "As práticas de escrita", in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, 1998, vol. 3, p. 436.

Esta vocação tão incondicionalmente aberta e cosmopolita da República das Letras reflecte-se exemplarmente numa outra Academia já referida e fundada em 1749 - a *Academia Médico-Portopolitana* ou *Academia de Medicina do Porto*. Os estatutos desta Academia (com interesse no cultivo das ciências em geral) foram feitos à imagem das melhores sociedades europeias e, embora a sede estivesse no Porto, previam-se também a inclusão de doze círculos e seis semicírculos dependentes da direcção central. Estes círculos iam de Portugal a Espanha e, quanto aos semicírculos, incluíam a África, o Brasil e a Argentina entre outras longínquas paragens que ultrapassavam fronteiras e estados. Os estatutos previam também para todos os círculos dois académicos encarregados de informar os colegas das gazetas, mercúrios, jornais eruditos, *Journaux des Savants*, *Mémoires de Trévoux*, catálogos impressos de livros relativos à medicina e às ciências anexas, publicados no estrangeiro. João Mendes Sacchetti Barbosa, na sua *Oração inaugural*, propunha que a Academia estabelecesse correspondência com impressores e mercadores de livros em Madrid, Paris, Lyon, Génova, Ley de, Veneza, Amesterdão e Londres e quanto ao secretário da Academia, Manuel Gomes de Lima, logo após a fundação escreveu "a todas as academias da Europa e a todos ou à maior parte dos sábios professores de Portugal, Castela e outros reinos, para contribuírem com os seus estudos para o aumento de um congresso útil ao género humano".⁽¹⁸⁾ Em consequência, é o próprio Secretário que nos informa: a correspondência cresceu tanto "que era pouco o tempo que eu tinha para satisfazer às instâncias e quesitos de todos".⁽¹⁹⁾

Só da vizinha Espanha o número de correspondentes era enorme, pertencentes na maior parte a várias academias ou outras associações científicas. Citemos o estudo de Marie-Hélène Piwnik: "L'Académie portopolitaine a donc le mérit de configurer une sorte de réseau scientifique de fait. S'il n'y a pas de collaboration à proprement parler, sous forme de commandes ou de travaux en commun, les préoccupa-

⁽¹⁸⁾ Manuel Gomes de Lima, *Diário Universal de Medicina*, Iº vol., Lisboa, 1764, p. 16. Ver sobre esta instituição Antonio Alberto de Andrade, "Uma Academia Científica Luso-Espanhola, antes da expulsão dos Jesuítas", *Brotéria*, vol. XL, 6, Jun. 1945, pp. 619-636 e Marie-Hélène Piwnik, *Echanges Érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1987, pp. 28-49.

⁽¹⁹⁾ *Idem, ibidem*, p. 18.

tions, les intérêts se répondent d'une communauté à l'autre, et l'on se rend l'hommage à distance par des dédicaces, des censures, des collations, des citations qui rendent compte pour le public de liens plus étroits dont l'assiduité se manifestait dans des correspondances aujourd'hui tombées dans l'oubli"⁽²⁰⁾.

Piwnik dedicou o seu estudo às trocas eruditas na Península Ibérica (1750-1767), mas outras áreas de circulação de académicos e eruditos, fluxos de informação e de homens, deverão igualmente ser objecto de análise. Viagens e relações epistolares que cruzavam uma República das Letras tanto ideal como real, e que, mais do que à troca de conceitos e teorias, levavam à transferência de: princípios, valores e comportamentos; formas de pensar e de agir; modos e métodos de trabalho; e até, de academia para academia, à transferência de estatutos com as consequentes novidades nos modelos de organização interna que se repercutem por sua vez nas novas posições sociais relativas.

Voltemos de novo à América portuguesa. Outras academias surgiram no Brasil desde o fim das conferências dos Esquecidos até à instituição da Academia Brasílica dos Renascidos, em Junho de 1759; mas, com excepção desta última, nenhuma delas com vocação historiográfica. Alguns dos Esquecidos foram integrados na Academia dos Renascidos, que aliás invocava uma filiação na anterior. O seu director era José Mascarenhas Pacheco Coelho de Melo, enviado de Pombal ao Brasil. Coelho de Melo, com sólidos e antigos interesses literários e científicos, munido de uma larga experiência ibérica e pautado, sem dúvida, por modelos internacionais mas também muito centrado no exemplo da Academia Real da História, apresentou uma proposta de Estatutos particularmente próxima da Academia Real lisboeta. Analisemos, então, a Academia dos Renascidos e a permuta de regras e comportamentos com o Brasil.

José Mascarenhas Coelho de Melo entrou na Baía a 27 de Agosto de 1758. Era Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, membro do Conselho Ultramarino e deputado da Mesa da Consciência e Ordens, além de outros cargos. Mas era também, como tantos outros, letrado ao mesmo tempo que político e, nessa outra qualidade, era académico do número da Academia Real da História Portuguesa, e pertencia ainda, em Espanha, à Academia Real da História de Madrid e à Academia de

<20> M.-H. Piwnik, *ob. cit.*, p. 48.

Geografia e Matemática de Valholid. Ainda em Portugal, era académico *Oculto* de Lisboa e sócio da Academia Litúrgica Pontifícia de Coimbra⁽²¹⁾. Porém, os Renascidos também contavam entre si com outros membros numerários da *Real Academia de la Historia*. É o caso do próprio director, Augustin Montiano e Loyando, e de: Juan Santander y Zorilla, Fernando Velasco e Miguel de Medina y Flores. Todos amigos de José Mascarenhas⁽²²⁾ ²³. De Portugal ao Brasil, do Brasil à Espanha, o *Saber* queria-se internacional e cosmopolita. A República das Letras definia-se como um estado sem fronteiras, e um estado em que os indivíduos se distinguiam pelo seu mérito e pelo seu talento, mais do que pelo seu sangue ou pelo seu nascimento.

Igualmente do lado espanhol havia um profundo interesse na manutenção de contactos privilegiados com eruditos portugueses. Eva Velasco Moreno, autora de uma recente obra sobre a *Real Academia de la Historia*, afirma: "En este contexto, los académicos portugueses representaron, hasta cierto punto, un caso diferente al de los otros sujetos extranjeros por sus estrechas conexiones com el mundo intelectual español, tanto de dentro como de fuera de la Academia de la Historia. Eran, además, personajes de indudable prestigio político y cultural en su país. Mascareñas tomo posesión personalmente de su plaza de académico de la Historia en 1754, tras haber sido propuesto por Montiano, aunque mantenía estrechas relaciones amistosas com el también académico Miguel Medina. Posteriormente, la Academia solicito la ayuda del erudito luso para elaborar el informe, que le había encargado el Rey, sobre los daños causados por el terremoto de Lisboa de 1755."⁽²³⁾. Esta vontade de integração nas Academias Nacionais de eruditos e sábios estrangeiros corresponde, por toda a Europa, a uma clara manifestação de cosmopolitismo ilustrado e ao desejo de alargar os contactos com as redes

(21) Cf. Cod. VI - 3ª - I - 1- 39 (Colecção Conde dos Arcos) do Arquivo da Universidade de Coimbra, p. 3.

(22) Cf. Íris Kantor, *ob. cit.*, p. 151 e Marie-Hélène Piwnik, *ob. cit.*, pp. 65-66.

(23) Eva Velasco Moreno, *La Real Academia de la Historia en el signio XVIII. Una Institución de sociabilidad*, Madrid, Boletín Oficial del Estado, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000, pp. 159 e 160. Ver também Marie-Hélène Piwnik, "Tes membres Portugais de la Royale Académie d'Histoire de Madrid au Siècle des Lumières", *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XVII, 1982, pp. 115-157 e, da mesma autora, *Echanges Érudits*, *ob. cit.*

internacionais. Na Academia dos Renascidos, esta escolha por uma vocação internacional traduzia-se também no leque das línguas que os académicos podiam utilizar na composição das suas obras: latim, português, castelhano, italiano e francês, ou seja (nas suas palavras), as "sinco Lingoas mais polidas da Europa"⁽²⁴⁾.

Todavia, e segundo Íris Kantor, muitos eram também os supranumerários residentes no Reino para além dos membros das redes locais, num total de 140 sócios, sendo 40 membros efectivos, residentes na Baía, e 100 correspondentes de outras partes. Entre este corpo de sócios reconhecemos alguns dos personagens mais influentes no período pombalino, também eles letrados e políticos simultaneamente: Azeredo Coutinho, José Seabra da Silva e Manuel do Cenáculo Vilas Boas. O objectivo comum a toda a Academia era escrever uma história geral da América portuguesa. Em pleno processo de expulsão dos Jesuítas, a Academia tomava igualmente a seu cargo a recolha e conservação do riquíssimo espólio de livros, manuscritos, mapas e diplomas legais depositados nas livrarias dos Colégios destes missionários⁽²⁵⁾.

Como é que estes fluxos de sociabilidade e comunicação se manifestam na organização das instituições, nas formas de associação erudita? Moldando-se primordialmente pela Academia Real da História Portuguesa, a Academia dos Renascidos para além de um objectivo paralelo - escrever a história da América -, e de uma missão idêntica - a recolha e conservação do património histórico -, contemplava também, tal como as suas congéneres ibéricas, o sistema de votação para eleição dos membros, aprovação dos estatutos e provimento dos cargos directivos. As relações no seio destas organizações articulam-se portanto do mesmo modo e, por esta via, convertem-se em instituições a funcionar como estruturantes de um espaço público com contributos decisivos para a formação de uma opinião pública.

No caso da Academia dos Renascidos os direitos e liberdades dos académicos vão-se revelando nos Estatutos: o direito que qualquer académico numerário tem de dissertar sobre um tema, ainda que para

⁽²⁴⁾ Cod. VI-3ª-I-1-39 do Arquivo da Universidade de Coimbra, p. 6. Ver também B.N.L., Cod. 630.

⁽²⁵⁾ Cf. Íris Kantor, "A Academia Brasileira dos Renascidos e o Governo Político da América Portuguesa (1759). Notas sobre as contradições do cosmopolitismo académico luso-americano", *Revista de História das Ideias*, vol. 24, 2003, pp. 51-83. Cf. também Cod. 630 da B.N.L.

ele não tivesse sido nomeado; o direito de eleger e ser eleito para os cargos governantes da Academia; eleição, por votação em urna, do Director e Censores, cujo exercício será anual, e dos secretário e vice-secretário; o direito de votar em tudo o que pertence ao governo económico da Academia e de votar para a eleição dos novos académicos. Mas também, como reverso da mesma medalha, a obrigatoriedade de seguir nos trabalhos o "Sistema" académico, depois de por todos ter sido aprovado, assim como, depois de aprovados os Estatutos, "o Académico que repugnar obedecer a algum destes Estatutos será riscado dos Livros da Academia, como indigno da honra de compor hum Corpo tão sério, e tam respeitavel."⁽²⁶⁾ Iguais perante os Estatutos tal como iguais perante as eleições, tal era a condição dos Académicos: "Se algum Collega se mostrar offendido de o não elegerem para algum imprego, o que se não espera, sera logo riscado do Numero dos Academicos, pois nesta acção dara bem a conhecer a grande ignorância que padecia do socego, desenterece, e mutua sinceridade com que se governão estes Corpos Literários."⁽²⁷⁾ Especialmente, e tal como no Academia Real da História, esta paridade reflectia-se na distribuição dos assentos dos académicos: "todos se sentam sem preferênciã na forma dos Estatutos conforme a cazualidade com que entrarem"^{26 * (28)}.

No Brasil como em Portugal, como no resto da Europa, a República das Letras constituía-se como um estado ideal, pacífica numa Europa de guerras e conflitos. Os seus membros obrigavam-se a regras de polidez e boas maneiras, modéstia e serviço mútuo⁽²⁹⁾. Nem sempre o conseguiram. Violentas "paixões intelectuais", para usar os termos de Elisabeth Badinter⁽³⁰⁾, assolaram a República das Letras e, por outro lado, nem todos os países tinham a mesma reputação nem eram vistos com o mesmo peso nesta

⁽²⁶⁾ Cod. VI-3^a-I-1-39 (Colecção Conde dos Arcos) do Arquivo da Universidade de Coimbra, p. 24, ou, em alternativa, Cod. 630 da B.N.L.

⁽²⁷⁾ Cod. VI-3^a-I-1-39 do A.U.C., p. 13.

⁽²⁸⁾ Ver Cod. 630 da B.N.L., p. 259.

⁽²⁹⁾ ver Mario Biagioli, "Le prince et les savants. La Civilité scientifique au 17^e siècle", *Annales*, Novembre-Décembre 1995, n^o 6, pp. 1417-1453 e Adrian Johns, "The ideal of scientific collaboration: the 'man of science' and the diffusion of knowledge", in Hans Bots e Françoise Waquet, *ob. cit.*, pp. 3-22.

⁽³⁰⁾ Elisabeth Badinter, *Les Passions Intellectuelles, I. Désirs de gloire (1735-1751) e IL Exigence de dignité (1751-1762)*, Paris, Fayard, 1999 e 2002.

República da erudição e da ciência⁽³¹⁾ ³². Contudo, valores iluministas como civilização, cosmopolitismo ou universalidade não podem ser compreendidos sem referência a estas práticas e a estas redes. O cosmopolitismo erudito não podia, no entanto, deixar de ter implicações políticas e por vezes bem perversas. Foi o que aconteceu no caso de José de Mascarenhas. Suspeito de infidelidade nas suas relações demasiado estreitas com as elites espanholas e com os oficiais de um navio da Armada Real Francesa ancorado no porto da Baía, foi preso cinco meses decorridos após a fundação da Academia dos Renascidos. A conjuntura que se vivia, entre a disputa de terras nas fronteiras do Brasil e os planos de invasão do Rio de Janeiro pelos franceses, era tudo menos pacífica. As relações internacionais estavam dominadas pela Guerra dos Sete Anos e José Mascarenhas voltaria à liberdade apenas com a subida ao trono de D. Maria I.

Os Renascidos perderam a dinâmica inicial, mas o projecto de uma História da América segundo o modelo erudito e crítico que era o da Academia Real da História estava lançado e, a prazo, era irreversível. As condições existiam também no Brasil e "na segunda metade do século [XVIII], verificou-se em Minas uma floração intelectual e artística sem par na colónia luso-brasileira [...]. Ao aproximar-se mais da cultura europeia, a elite intelectual das Minas tomava-se mais brasileira - ou luso-brasileira - e apta a pensar sobre a sua terra"⁽³²⁾.

Os valores, as normas e os modelos de comportamento difundidos pela comunicação e pela sociabilidade eruditas apelavam ao uso da razão crítica, e ao serem unánimemente aceites por homens distintos e dispersos, transformavam indivíduos singulares numa comunidade. O indivíduo que adería a esta comunidade erudita testemunhava, por isso mesmo, da sua vontade de se identificar com este grupo e fazia-o como um acto de livre escolha⁽³³⁾. A República das Letras podia ser, pois, uma ficção mas trazia consequências e obrigações bem reais, fosse no Brasil, em Portugal ou em Espanha.

⁽³¹⁾ Sobre este assunto ver as obras de Françoise Waquet, "L'espace de la République des Lettres", in *Commercium Litterarium*, ob. cit., pp. 175-189 e *Le modèle français et l'Italie savante. Conscience de soi et perception de l'autre dans la République des Lettres (1660-1750)*, Roma, École française de Rome, 1989.

⁽³²⁾ Laura de Mello e Souza, "A visão afectiva da paisagem em Minas Gerais no século XVIII", *Ler História*, n.º. 39, 2000, pp. 7 e 8.

⁽³³⁾ Cf. Krysztof Pomian, "De la lettre au périodique: la circulation des informations dans les milieux des historiens au XVII^e siècle", *Organon*, vol. 10, 1974, pp. 25-43.